



## CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

### Ata da 71ª reunião, realizada em 26 de fevereiro de 2021

1 Em 26 de fevereiro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio  
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros  
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante  
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildelfonso Cunha  
7 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro  
8 de Castro Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);  
9 Joana Moraes Rebelo Horta Lopes, da Secretaria de Estado de Trabalho e  
10 Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de  
11 Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão  
12 Fonseca, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
13 Renováveis (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, da Agência Nacional de  
14 Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto,  
15 do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra);  
16 Henrique Damásio Soares, da Federação das Indústrias do Estado de Minas  
17 (Fiemg); José Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque  
18 Estadual do Rio Doce; Bruno Elias Bernardes, da Associação para Proteção  
19 Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima,  
20 da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação  
21 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta.**  
22 **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional  
23 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou  
24 aberta a 71ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias: “Eu quero informar para  
25 os senhores que na data de hoje foi publicado o Decreto 48.140, de 25 de  
26 fevereiro de 2021, que regulamenta os dispositivos da Lei 23.291, de 25 de  
27 fevereiro de 2019, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens e  
28 estabelece as medidas para aplicação do artigo 29 da Lei 21.922, de 21 de janeiro  
29 de 2016, e dá outras providências. Agora de manhã foi publicada esta norma,  
30 leitura obrigatória para nós conselheiros e as pessoas que militam na parte  
31 ambiental e, principalmente, minerária. Quero aproveitar o momento e dar boas-  
32 vindas ao conselheiro Bruno Elias, em sua primeira reunião. Bem-vindo, que Deus  
33 abençoe a sua atuação junto a este Conselho. Nós estamos disponíveis. Qualquer  
34 dúvida que o senhor tenha – embora tenhamos o manual dos conselheiros, a  
35 capacitação – no andamento da nossa reunião, estamos à disposição.” **3)**  
36 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro  
37 Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria fazer um breve relato, uma

38 apresentação de nada mais do que seis slides. Eu tive oportunidade, nesses dois  
39 dias, de fazer um giro pela região de Diamantina. Primeiramente, eu queria  
40 parabenizar a equipe da Supram de Diamantina, nas pessoas da Cristina, do  
41 Gilmar, do Wesley, pelo trabalho que eles vêm desenvolvendo na região em prol  
42 da mineração, em prol do desenvolvimento sustentável em toda aquela área  
43 importante para nós em Minas Gerais. Segundo, eu queria exatamente comentar  
44 um ponto que seria a famosa integração da cultura, turismo, cachaça artesanal e  
45 mineração sustentável. Eu tive oportunidade de fazer um breve relato e vou fazê-  
46 lo aqui rapidinho para vocês, para conhecimento dos colegas conselheiros. No  
47 segundo slide, eu mostro e comento Diamantina como exemplo de cultura e  
48 turismo do Vale do Jequitinhonha, a importância dela. E parabenizar o prefeito  
49 Juscelino Roque pela qualidade da limpeza de Diamantina. Eu fiquei  
50 impressionado nesses dois dias em que tive a oportunidade de por ali andar e ver  
51 a limpeza da cidade. A cidade está um brinco, pronta para receber o turismo, a  
52 cultura e a famosa Vesperata. A seguir, uma oportunidade que eu tive de  
53 acompanhar alguns amigos que vieram a Minas Gerais, do Paraná. O engenheiro  
54 Ramiro, da Mineração Pedra Menina, e mais alguns colegas e amigos que lá  
55 estiveram, dentre eles o ex-presidente da Abas, Associação Brasileira de Águas  
56 Subterrâneas, Carlos Freitas, também ex-colega nosso na Copasa. E tivemos a  
57 oportunidade de visitar a Mineração Pedra Menina, que eu classifico como um  
58 exemplo de mineração sustentável no Vale do Jequitinhonha, uma operação  
59 muito delicada na produção de manganês, em Couto Magalhães. Agradecimentos  
60 especiais ao engenheiro Ramiro, um profissional de altíssima qualificação, e ao  
61 Dr. Roberto Barbosa Mello, um dos diretores da Mineração Pedra Menina. Então  
62 naquele cantinho de Minas, naquele cantinho de Couto Magalhães, está um  
63 exemplo de mineração sustentável. Em seguida, nós temos uma outra  
64 oportunidade de ver a real importância e a real qualificação da mineração de  
65 pedras ornamentais em Diamantina. Esse exemplo da Maestro Mineração, que  
66 trabalha com operação mineral e arte. Isso é muito importante na conquista do  
67 mercado internacional. Hoje eles estão desenvolvendo um processo maravilhoso  
68 de beneficiamento e retirada de blocos de uma forma incrível, de uma forma que  
69 faz com que possamos ver a qualificação desse tipo de quartzito e a sua  
70 apresentação em nível internacional e nacional. Vejam a qualidade dos blocos,  
71 fazendo exatamente a integração quartzito e quartzo, ou seja, o quartzo de uma  
72 forma simplesmente sensacional. Eu queria parabenizá-los pela qualidade do  
73 trabalho que estão desenvolvendo lá. Em seguida, não podia deixar de ser: a  
74 cachaça artesanal de Diamantina e do Vale do Jequitinhonha. Esse é um exemplo  
75 de qualidade de cachaça, coisa muito bem feita, pelo engenheiro Ramiro, da  
76 Mineração Pedra Menina. A área de conservação, de envelhecimento da cachaça.  
77 Uma cachaça de altíssima qualidade. Eu sou apreciador da cachaça, valorizo a  
78 cachaça e acho que esse é um dos bons produtos que nós temos a oferecer para  
79 os turistas, para o mineiro, para a valorização da bebida artesanal mineira. Eu  
80 queria concluir e mais uma vez enfatizar a importância do desenvolvimento de

81 Diamantina e do Vale do Jequitinhonha, nessa fase agora em que eu tive lá  
82 fazendo uma avaliação de logística. Estavam comigo alguns amigos  
83 especializados em logística na região, tanto na questão ferroviária como na  
84 questão rodoviária, seguindo mais ou menos aquilo que nós comentamos na  
85 nossa última reunião. É uma apresentação rapidinho, e eu acho que isso é  
86 importante para o conhecimento de todos nós colegas e amigos.” Conselheiro  
87 José Angelo Paganini: “Em outubro de 2020, eu recebi uma denúncia de que no  
88 Vale das Cobras, pertencente à Bacia do Rio Piracicaba, o empreendimento da  
89 Vale licenciado como empilhamento drenado, na verdade, operava como  
90 barragem de rejeitos. Nessa data, eu oficiei a FEAM solicitando informações sobre  
91 a situação do empreendimento em relação à legislação ambiental em vigor.  
92 Ontem, dia 25 de fevereiro de 2021, eu recebi a resposta da minha solicitação. Eu  
93 queria agradecer a FEAM e a Supram do Leste de Minas pela atenção, mas  
94 enfatizar que o tempo de resposta demorou bastante. Nós sabemos das  
95 dificuldades dos órgãos de controle, mas é necessário agilizar essas demandas  
96 tão importantes para nós conselheiros.” Conselheiro Bruno Elias Bernardes: “Eu  
97 gostaria de, primeiramente, agradecer as palavras de acolhimento. Gostaria de  
98 cumprimentar também os demais conselheiros. Espero fazer um trabalho que  
99 substitua muito bem o conselheiro Julio Grillo, que deixou a Câmara, e me coloco  
100 à disposição para qualquer suporte que eu puder realizar durante este tempo em  
101 que vamos trabalhar junto.” Maria Clara Paiva Izidoro/sociedade civil: “De longa  
102 data eu gostaria de poder participar da reunião do COPAM. Eu tenho ficado  
103 impressionada com as imagens que os senhores apresentam na abertura da  
104 reunião com o Hino Nacional, com flores e uma paisagem cênica maravilhosa que  
105 os senhores, equivocadamente, destroem regularmente nas nossas regiões, nos  
106 nossos territórios. E fazem isso com orgulho de dizer que Minas tem minério no  
107 nome. Eu sou moradora de uma dessas paisagens que os senhores apresentam  
108 com o Hino Nacional e todos os dias eu me angustio com o que vejo os senhores  
109 fazendo. Eu quero falar mais particularmente do caso MGB. Neste momento, nós  
110 estamos sofrendo uma atividade no nosso território que foi de certa forma  
111 autorizada pela Justiça Federal, em função de uma liminar que teve como  
112 argumento a necessidade de uma obra emergencial, com risco de uma população  
113 a jusante que não existe, em função de um indicador de risco para a barragem,  
114 no sentido de não ter uma boa drenagem. A partir de um estudo que foi feito em  
115 laboratório, com uma amostra durante x horas que então acusou uma condição  
116 não drenada. Essa circunstância em laboratório difere, diametralmente, daquilo  
117 que o próprio relatório da empresa apresenta no projeto em curso no local, hoje,  
118 em que todos os estágios apresentados há anos, de todas as barragens,  
119 apresentam a palavra ‘seco’. O próximo relatório da empresa apresenta no seu  
120 texto a confirmação de que todas as estruturas estão mantidas em excelentes  
121 condições, afirma que o espaço esteve sempre regularmente seco, não  
122 apresentando nenhum risco. Essas contradições nos fazem sentir que vocês  
123 pensam que nós somos otários – desculpem a expressão. Nós não somos bobos,

124 não precisa ser técnico para ler um relatório e perceber as incongruências que  
125 estão postas, levando a equívocos de decisões e fazendo da população um bando  
126 de gente medíocre ou otária, na percepção de vocês. Esse argumento não nos  
127 convenceu, a forma como foi alcançado não nos convenceu. Foi apresentado ao  
128 gestor um e-mail dizendo que a obra levaria dez dias. O estudo fala em 30 dias,  
129 e já se passam mais de 30 dias. Para a movimentação com grandes máquinas  
130 pesadas, o argumento que foi apresentado é que não poderia ser feito em  
131 períodos de chuvas, e está sendo feito. Então eu queria dizer aos senhores que  
132 digam aos seus amigos, aos seus ‘parças’ da MGB, que é preciso coerência e  
133 que, se for para fazer malfeito, que façam bem-feito, porque está muito explícito,  
134 a sociedade está vendo e está denunciando. Neste exato momento em que vocês  
135 se reúnem, um grupo de moradores está diante da portaria da mineração fazendo  
136 um ato de manifestação pacífica para deixar claro que a população de Casa  
137 Branca, aquela que eles dizem que precisam proteger desse risco iminente, está  
138 dizendo que não quer o que eles estão fazendo lá, que eles não querem mais ser  
139 tratados como se fossem otários, o que nós não somos. Da próxima vez, eu sugiro  
140 aos senhores que usem essas fotos que o Sr. Orsini apresentou com tanto  
141 orgulho, durante a execução do Hino Nacional. Seria minimamente mais coerente  
142 com a verdade que vocês patrocinam, apoiam e mantêm como realidade do nosso  
143 Estado, a Minas de minério de vocês.” Simone Dutra/sociedade civil: “Eu queria  
144 me manifestar em relação à mineração na serra do Rola-Moça, que eu considero  
145 incorreta, tendo em vista que trata-se de um parque de preservação integral. Nós  
146 temos observado uma movimentação muito grande de caminhões, de veículos,  
147 instalação de iluminação, na área da mineradora. E por se tratar de um processo  
148 em que a mineradora não tem licença para explorar, eu acho que é preciso tomar  
149 as medidas cabíveis de impedir que continue em atividade essa mineração na  
150 serra do Rola Moça, na região de Casa Branca.” Maria Teresa Viana de Freitas  
151 Corujo/sociedade civil: “Eu não ia me inscrever no item 3, mas, como me deparei  
152 com uma mudança na pauta no item 10, estou aqui inscrita para dizer que,  
153 conforme o Regimento Interno, as pautas têm que ser enviadas com dez dias de  
154 antecedência. Na pauta anterior – não sei se foi alterada ontem ou anteontem –,  
155 o item 10 era ‘apresentação da Copasa sobre segurança hídrica na região  
156 metropolitana de Belo Horizonte’. Hoje eu me deparo com uma pauta em que o  
157 item 10 está dividido em dois, com uma apresentação do IGAM relacionada com  
158 a questão da mineração; e o item 10.2, da Copasa, sobre segurança hídrica.  
159 Então eu venho requerer que, em respeito ao Regimento Interno, ou se mantenha  
160 a pauta original, que é apresentação da Copasa sobre a segurança hídrica, e na  
161 próxima reunião então se insira na pauta o item que foi acrescentado nesses dois  
162 ou três últimos dias. Inclusive, porque não se tinha conhecimento de que haveria  
163 uma apresentação específica sobre a questão da mineração. E eu endosso os  
164 depoimentos do que está acontecendo em relação às ameaças à serra do Rola-  
165 Moça. A questão da MGB – eu venho acompanhando de perto – é literalmente  
166 absurda, um case de como a mineração atua, de como usam de irregularidades

167 e estratégias inaceitáveis. E esse caso realmente deveria ser objeto de uma  
168 atuação eficiente do Estado. Eu apoio a indignação e estou junto com essa  
169 indignação de todos com o que está acontecendo lá. O que aconteceu similar na  
170 serra da Piedade, eu acompanhei de perto, estava na CMI. E hoje, inclusive por  
171 uma decisão do Judiciário, as licenças concedidas pelo COPAM foram  
172 suspensas. Então nós estamos diante de uma prática violadora de direitos que  
173 coloca em risco a população. Eu vim acompanhando as fotos e vi um relatório,  
174 inclusive, do Nucrim, do Ministério Público, sobre a MGB. E olhamos os  
175 documentos, como a Clara falou, de que ao Judiciário Federal a empresa informa  
176 que tinha pressa de fazer as obras emergenciais, que não poderia entrar no  
177 período de chuva. E estamos diante de uma atividade a mil da MGB em pleno  
178 período de chuva no sopé da Barragem 1, que é classificada como a montante,  
179 com as máquinas passando em cima da Barragem 2, que também é a montante,  
180 e essa situação é tratada ou considerada sem nenhuma devida responsabilidade  
181 do que está acontecendo ali. Eu estou requerendo que se retire de pauta o que  
182 foi acrescentado nos últimos dias, que essa apresentação do IGAM seja  
183 postergada para a próxima reunião e que se mantenha o item 10 da forma que  
184 estava na pauta até os últimos dias.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
185 “Os itens em relação ao item 10 são apresentações, não são itens deliberativos,  
186 não há julgamento de processo nesses itens. Sem prejuízo da continuidade  
187 desses itens – eu já informo aos senhores que eles permanecerão na pauta –,  
188 nós podemos pautar novamente nas outras reuniões. Inclusive, já foi falado para  
189 os senhores conselheiros que esses itens de apresentação que estão vindo são  
190 uma demanda a própria CMI, para que houvesse apresentações e discussões  
191 sem necessidade de estar debatendo dentro dos próprios processos de  
192 deliberação. Foi informado desde o início aos conselheiros que pautaríamos  
193 esses temas, vindo essa demanda do Conselho, sem prejuízo de repeti-los  
194 posteriormente, inclusive pegando informações vindas posteriormente dos  
195 conselheiros ou daqueles que tivessem interesse e pudessem mandar para a  
196 Secretaria. E havendo necessidade nós pautaríamos quantas vezes fossem  
197 necessárias. Tanto é que, nas reuniões anteriores, eu questionei, logo ao final, se  
198 seria necessário renovar o tema na próxima reunião ou se dávamos por findada  
199 aquela discussão. Embora o item referenciado tenha sido pautado fora do prazo,  
200 nós iremos fazer a apresentar e discuti-lo, sem prejuízo de retornarmos na  
201 próxima reunião ou em outra, caso os senhores queiram. Mas depois eu passo  
202 para a Secretaria para falar por que não foi pautado e sobre essa divergência.”  
203 Conselheira Verônica Ildfonso Cunha Coutinho: “Eu queria solicitar a transcrição  
204 das falas dos inscritos, diante da seriedade e gravidade dos temas tratados. Em  
205 relação à AVG, a Segov ainda não foi oficialmente comunicada da decisão judicial.  
206 A princípio, como foi um acordo firmado na Justiça Federal, seria essa competente  
207 para tratar das temáticas referentes a esse acordo. Mas nós vamos buscar essa  
208 decisão e fazer o mesmo em relação à MGB, tratar institucionalmente com a  
209 SEMAD e demais órgãos do Sisema sobre o que está ocorrendo nesses casos.”

210 Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: “Nós estamos aqui reforçando o curso  
211 de capacitação dos conselheiros, que está disponível na plataforma Trilhas do  
212 Saber. É uma inovação que a SEMAD traz neste mandato. Nós vimos reforçar a  
213 importância de os titulares e suplentes de cada entidade realizarem o curso e nos  
214 colocamos à disposição para poder auxiliar em questão de senha e login, caso  
215 haja dificuldade para acesso. Nós criamos no menu ‘COPAM’ um submenu  
216 ‘capacitação do COPAM’, onde vai ter todos os dados para os conselheiros.  
217 Reforçar a importância de os conselheiros avançarem em todos os módulos,  
218 fazerem a leitura de todos os módulos. Precisam fazer pelo menos 70% das  
219 leituras do módulo que está disposto no curso para poder avançar. E no final da  
220 leitura de todos os módulos tem um exercício avaliativo, um questionário, para  
221 avaliar a assimilação do conteúdo. E logo após estaremos com o próximo curso,  
222 que é o curso prático. E na sequência vamos ter os cursos temáticos. Então é  
223 muito importante. Nós preparamos com muito carinho para vocês e nos  
224 colocamos à disposição. Eu vou pedir à minha equipe para colocar no chat o  
225 nosso e-mail, caso tenham alguma dúvida, bem como o submenu que os  
226 conselheiros devem acessar para ter acesso ao curso. Caso tenham alguma  
227 dúvida, nós estamos à disposição. Todos os conselheiros, de todas as unidades  
228 colegiadas do COPAM, estão tendo acesso ao curso, e nós estamos  
229 acompanhando em tempo real os conselheiros que estão entrando e fazendo.  
230 Nós percebemos que alguns estão tendo algumas dificuldades e por isso  
231 reforçamos que estamos aqui junto com vocês. Em relação à pauta, na reunião  
232 passada, a senhora secretária executiva Ana Carolina já tinha falado sobre esse  
233 tema. O IGAM se disponibilizou a vir falar sobre o tema recurso hídrico e  
234 mineração, e nós colocamos as duas apresentações. Mas sem prejuízo, pois nós  
235 entendemos que essas reuniões se complementam. Então hoje teremos a  
236 apresentação do IGAM e a apresentação da Copasa, sem prejuízo de, na próxima  
237 reunião, trazermos o item novamente pautado e disponível já com a  
238 apresentação. É importante que hoje tenhamos as duas apresentações, mesmo  
239 que não tenha sido dada publicidade em tempo hábil para a reunião ordinária.” **4)**  
240 **EXAME DA ATA DA 70ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 70ª  
241 reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 12 de fevereiro de  
242 2021, com alterações. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama,  
243 ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes. Abstenção: ProMutuca. O  
244 conselheiro representante da ProMutuca justificou a abstenção por não ter  
245 participado da reunião. Alterações aprovadas. – Linhas 34, 35 e 36, ajustes na  
246 redação: “... não são utilizadas, passando-se a tratar o assunto como um projeto  
247 chamado short lines, ou seja, aproveitamento dessas linhas com três segmentos,  
248 tipo trens leves...”; – Linha 43, onde está escrito “De posse disso e de posse dessa  
249 ideia”, leia-se “De posse dessa ideia”; – Linha 52 e 53, ajuste de redação: “...  
250 tratamento de minérios, mais importante, o seu aproveitamento industrial, valor  
251 agregado”; – Linha 56, onde está escrito “PEN”, leia-se “PEM”; – Linha 234, a  
252 expressão correta é “nós somos pelo deferimento”; – Linha 620, onde está escrito

253 “contrária”, leia-se “contrário”; – Linha 721, substituir a expressão “para contração”  
254 por “pela construção”; – Linha 1.016, incluir vírgula após “várias APAs”; – Linha  
255 631, onde está escrito “não ia chegar”, leia-se “ia chegar”; – Linha 120, a  
256 expressão correta é “A Superintendência que eu chefiar”; – Linha 122, a redação  
257 correta é “acompanhar isso tudo muito de perto”. **5) PROCESSO**  
258 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE**  
259 **OPERAÇÃO. 5.1) Petra MG Indústria e Comércio de Agregados Ltda.**  
260 **Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento;**  
261 **britamento de pedras para construção; postos revendedores, postos ou**  
262 **pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos**  
263 **flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de**  
264 **aviação. Matias Barbosa e Juiz de Fora/MG. PA 00387/1998/007/2016. ANMs:**  
265 **831.421/2003; 832.106/2000; 833.266/2005; 830.715/2014. Classe 4 (conforme**  
266 **Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Zona**  
267 **da Mata. Conselheiro Bruno Elias Bernardes: “Senhor presidente, eu gostaria de**  
268 **solicitar vista. Seria este o momento adequado?” Presidente Yuri Rafael de**  
269 **Oliveira Trovão: “Esse processo já foi objeto de vista e está retornando para**  
270 **discussão. Ele foi baixado em diligência, mas já teve vista, inclusive pela**  
271 **ProMutuca.” Conselheiro Bruno Elias Bernardes: “Questão de ordem, senhor**  
272 **presidente. Artigo 34, §1º, quando trata da possibilidade de fato novo. Nesse caso,**  
273 **o simples fato de ter baixado em diligência e retornado já constitui um fato novo e**  
274 **possibilita um novo pedido de vista para análise.” Presidente Yuri Rafael de**  
275 **Oliveira Trovão: “Não quer dizer que o retorno da baixa em diligência é**  
276 **considerado fato novo. É fato novo se surge uma informação nova dentro do**  
277 **processo que seja substancial, que é necessária nova vista. Eu vou citar um**  
278 **exemplo. Vamos supor que o senhor pediu vista de determinado processo. Na**  
279 **reunião posterior, quando é apresentada a vista, o senhor demonstra que há uma**  
280 **cavidade ou que há uma comunidade quilombola que não foi referenciada no**  
281 **processo. Essa cavidade ou essa comunidade que foi afetada ou uma barragem**  
282 **que não foi demonstrada, que não foi analisada no bojo do processo, é**  
283 **considerada fato novo. E pela existência desse fato novo pode ser solicitada nova**  
284 **vista desse processo. A baixa em diligência para corrigir algum dado no processo,**  
285 **por si só, não quer dizer um fato novo. Ou seja, baixa em diligência e retorna da**  
286 **mesma forma, sem fato novo nenhum, não há correção, às vezes, material. De**  
287 **qualquer forma, eu vou fazer o seguinte. O próprio Regimento também prevê**  
288 **quando o retorno da baixa em diligência é feito pela Superintendência. Eu vou**  
289 **passar para a Supram Zona da Mata para informar se há ou não fato novo. Porque**  
290 **quem realmente tem que analisar o processo e que tem capacidade para informar**  
291 **aos conselheiros e até subsidiar a decisão deste presidente é a própria**  
292 **Superintendência. Então eu solicito ao Wander, à equipe da Zona da Mata. Sem**  
293 **prejuízo, conselheiro Bruno, se considerarmos passar realmente a uma nova**  
294 **vista. Neste momento, conforme o Regimento, a Supram Zona da Mata se**  
295 **manifesta quanto à baixa em diligência, e, sendo verificada a existência realmente**

296 de fato novo, será dada vista para o senhor.” Daniela Rodrigues da Matta/Supram  
297 Zona da Mata: “Do ponto de vista da Supram, nós entendemos que não há  
298 nenhum fato novo, pelo fato de a baixa em diligência ter sido apenas para nova  
299 publicação do EIA/Rima. Como nós explicamos no nosso parecer de retorno do  
300 processo à pauta, nem era o entendimento da Supram que era necessário fazer  
301 essa nova publicação, porque o EIA/Rima que foi apresentado na reorientação  
302 não trouxe nenhuma informação técnica nova, foi apresentado apenas para que  
303 constassem nominalmente todos os direitos minerários, que, embora tenha  
304 considerado a mesma área, não citava nominalmente todos os direitos minerários  
305 porque no processo inicial só estava um direito minerário no estudo de EIA/Rima.  
306 Por esse motivo, nós concordamos com a baixa em diligência, embora fosse o  
307 mesmo estudo, porque foi executado por outra empresa e tal, embora não tivesse  
308 nenhuma informação técnica nova. E aí nós abrimos o processo para  
309 manifestação da sociedade, e não houve nenhuma manifestação. Então não  
310 entendo que haja fato novo. Talvez, se tivesse alguma manifestação de algum  
311 interessado, de alguém que tivesse algum questionamento, talvez pudesse ter  
312 alguma informação relevante que justificasse. Mas nesse caso nem teve  
313 manifestação, então eu não vejo nenhum motivo para se considerar isso como  
314 um fato novo. Mas a interpretação é dos senhores. O cenário é esse.” Wander  
315 José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: “Esse processo foi inserido em  
316 pauta de julgamento na 66ª reunião, quando veio o retorno de vista, inclusive pelo  
317 próprio conselheiro da ProMutuca, em que ele atentou para essa questão da  
318 necessidade do EIA/Rima. Tivemos também vista conjunta, que apontou pelo  
319 deferimento, desde que corrigíssemos esse pequeno processo. Teve o parecer  
320 da ProMutuca na época e o parecer favorável do Sindiextra e da Fiemg. Então no  
321 que foi repassado de vista pela ProMutuca e pelos outros conselheiros da época  
322 nós aceitamos a orientação de refazermos o procedimento de publicação do  
323 EIA/Rima, que foi disponibilizado no prazo determinado pela deliberação  
324 normativa. Não houve solicitação de nenhuma audiência pública. Em decorrência  
325 disso, o processo está retornando a julgamento para os nobres conselheiros já  
326 totalmente dentro da orientação dada pelos conselheiros. Agradecemos demais.  
327 O licenciamento ambiental é feito a várias mãos, e isso é um exemplo dessa  
328 questão, que foi acolhido o posicionamento da ProMutuca e foi determinada a  
329 diligência conforme à época havia indicado. Então não tem um fato novo que  
330 inviabilize eventual baixa em diligência.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
331 Trovão: “Considerando o que foi informado pelo diretor de Controle Processual da  
332 Supram Zona da Mata, no pedido de vista foi verificado que a publicação do  
333 EIA/Rima não obedecia aos requisitos, essa publicação foi realizada pela Supram  
334 Zona da Mata, inclusive dando prazo para requerimento das audiências públicas.  
335 Não houve nenhuma solicitação das audiências públicas. E saneada a questão  
336 apenas da publicação o processo está retornando para a pauta. Então eu não  
337 entendo, também como o Wander, diretor de Controle Processual, que haja um  
338 fato novo. Embora eu também seja advogado, vou solicitar também ao Elias, que

339 nos assessora juridicamente, para manifestar se ele compartilha também desse  
340 entendimento, até mesmo para dar maior segurança aos senhores. O Wander é  
341 diretor de Controle Processual da Supram Zona da Mata, eu sou diretor de  
342 Controle Processual da Supram Norte, e o Elias também é diretor de Controle  
343 Processual, em Governador Valadares, no Leste.” Elias Nascimento de Aquino  
344 lasbik/SEMAD: “Conselheiros e presidente Yuri, eu compartilho do entendimento  
345 posto pelo Wander e também por você, Yuri. A diligência visou apenas cumprir  
346 uma formalidade de incluir dados de direitos minerários que compõem a análise  
347 do processo. Foi dado o prazo previsto na legislação vigente para que os  
348 legitimados solicitassem audiência pública, o que não ocorreu, de acordo com as  
349 informações da Supram Zona da Mata. Portanto, não há em relação ao  
350 empreendimento ou nos autos do processo nenhum fato novo que ensejasse novo  
351 pedido de vista. A realização de diligências e esclarecimentos não configuram fato  
352 novo para efeito de pedido de visto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
353 “Considerando que havia o pedido de vista anterior, eu vou passar para os  
354 conselheiros que pediram vista naquele momento, e depois damos sequência.”  
355 Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Uma questão de coerência. Eu me lembro  
356 muito bem dessa reunião, em que o Julio Grillo pediu vista, e foi pedida vista  
357 também pela Fiemg e pelo Sindiextra. Na época, eu não pedi vista desse processo  
358 por achá-lo perfeitamente adequado. Mas eu queria só enfatizar que o próprio  
359 relatório de vista preparado pela Denise, representando o Sindiextra, e pelo  
360 Thiago, representando a Fiemg, foi também perfeitamente favorável. Então eu  
361 não vejo nenhum motivo para uma nova vista após o retorno da baixa em  
362 diligência.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Só reiterar o relato de vista do  
363 Sindiextra em conjunto com a Fiemg. Nós fizemos a análise toda e não vimos  
364 nenhum problema, em que pese ter sido baixado em diligência para verificar se  
365 haveria realização de audiência pública. E nós vimos que não houve nem pedido.  
366 De qualquer forma, só reiterar nosso posicionamento mesmo, que vimos que  
367 todas as questões referentes ao processo estão de acordo. E somos pelo  
368 deferimento, de acordo com o parecer do órgão ambiental.” Conselheiro Henrique  
369 Damásio Soares: “Eu também reitero. O relato de vista foi conjunto, e nós  
370 acatamos o deferimento, pelo prazo de dez anos, vinculado ao cumprimento das  
371 condicionantes e dos programas propostos.” Conselheiro Bruno Elias Bernardes:  
372 “Senhor presidente, no caso, a ProMutuca não fará apresentação com relação a  
373 esse pedido de vista, tendo em vista que no nosso entendimento seria o retorno  
374 de baixa em diligência com novos fatos. Sendo dessa forma, nós não  
375 apresentaremos o retorno de pedido de vista.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
376 Trovão: “Não havendo nenhuma consideração e nenhum destaque, eu coloco em  
377 votação o item 6.1, Petra MG Indústria e Comércio de Agregados Ltda. Processo  
378 administrativo 387/1988/007/2016. Em votação.” Votos favoráveis: Segov, Sede,  
379 Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes. Voto  
380 contrário: ProMutuca. Justificativa de voto contrário. Conselheiro Bruno Elias  
381 Bernardes: “Voto contrário, tendo em vista que o entendimento da ProMutuca é

382 de que deveria ser aberta vista por conta de fato novo, bem como não foi  
383 informado o Parecer Único completo, somente o adendo ao mesmo, da  
384 convocação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então processo deferido  
385 por 11 votos favoráveis e um contrário.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
386 **PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 6.1) Nexa Recursos Minerais S/A.**  
387 **Unidade Morro Agudo. Lavra subterrânea, exceto pegmatitos e gemas.**  
388 **Paracatu/MG. PA/SLA 3416/2020, ANMs 806.973/1968, 802.822/1974 e**  
389 **831.443/1988. Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste. Presidente Yuri**  
390 **Rafael de Oliveira Trovão**: “Considerando o Regimento e a pedido da própria  
391 Superintendência de Unai, eu retiro o item 6.1 de pauta.” **7) PROCESSO**  
392 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE**  
393 **COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO / AMPLIAÇÃO.**  
394 **7.1) Brita Cambuí Indústria e Comércio Ltda. Extração de rocha para**  
395 **produção de britas; unidade de tratamento de minerais (UTM), com**  
396 **tratamento a seco; pilha de rejeito/estéril. Cambuí/MG. PA**  
397 **00012/1992/012/2019, ANM: 833.252/1989. Classe 4 (conforme Lei nº**  
398 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Sul de**  
399 **Minas. Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista**  
400 **conjunta da SME. Conselheiro Bruno Elias Bernardes: “Eu gostaria de solicitar**  
401 **vista para melhor análise, para fazer análise da documentação e parecer**  
402 **encaminhados.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Vista para**  
403 **verificação de condicionantes.” 8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
404 **EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCOMITANTE COM**  
405 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) Vale S/A. Complexo Mariana. Mina de Alegria.**  
406 **Fábrica Nova. Pilhas de rejeito/estéril. Mariana e Ouro Preto/MG. PA**  
407 **00182/1987/103/2017, ANM 1721/67, 831.478/2002 e 831.994/2003. Classe 6.**  
408 **Apresentação: Supram Central Metropolitana. Processo retirado de pauta com**  
409 **pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta de Sindiextra, SME e Fiemg.**  
410 **Conselheiro Bruno Elias Bernardes: “Eu gostaria de solicitar vista para análise da**  
411 **documentação.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu também vou requerer**  
412 **vista, para análise de condicionantes do processo análise Geral do processo.”**  
413 **Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Vista para análise geral do**  
414 **processo.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Peço vista para verificação**  
415 **das condicionantes.” 9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
416 **LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 9.1) Pedreira Santa Mônica Ltda.**  
417 **Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento; unidade**  
418 **de tratamento de minerais (UTM); obras de infraestrutura (pátios de**  
419 **resíduos, produtos e oficinas); pilhas de rejeito/estéril; estradas para**  
420 **transporte de minério/estéril; posto de abastecimento; retificação de curso**  
421 **d’água. Juiz de Fora/MG. PA 00084/1998/008/2018, ANMs 830.291/1998 e**  
422 **832.932/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Zona da Mata. Processo**  
423 **retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca. Conselheiro Bruno Elias**  
424 **Bernardes: “Eu gostaria de solicitar vista para análise da documentação e**

425 manifestação da sociedade civil.” **10) SEGURANÇA HÍDRICA E MINERAÇÃO.**  
426 **10.1) Uso de recursos hídricos e mineração. Apresentação: Instituto Mineiro**  
427 **de Gestão das Águas (IGAM).** Marcelo da Fonseca, diretor-geral do IGAM, fez  
428 apresentação sobre uso de recursos hídricos e mineração. O conteúdo da  
429 exposição foi disponibilizado na pauta. Debates. Presidente Yuri Rafael de  
430 Oliveira Trovão: “Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer ao Marcelo, que  
431 é diretor do IGAM, uma pessoa extremamente capacitada nessa matéria hídrica.  
432 Muito obrigado, Marcelo, pela apresentação, pelos esclarecimentos. Já o solicito,  
433 se possível, comparecer à nossa próxima reunião. Esse ponto de pauta deverá  
434 se repetir, não a apresentação, porque o senhor já fez e ela está disponível  
435 também no YouTube. Então todos aqueles que quiserem ver a apresentação  
436 podem acessar e ver a sua apresentação novamente. Mas para esclarecer  
437 alguma dúvida, alguma complementação, se por acaso acontecer, na próxima  
438 reunião, nós entraremos em contato com o senhor. Se o senhor puder nos  
439 agradecer novamente com sua presença, desde já agradecemos.” Guilherme  
440 Carvalho/sociedade civil: Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Foi dito –  
441 uma excelente apresentação, diga-se de passagem, uma aula sobre a situação  
442 hídrica do Estado – que a mineração na região metropolitana de Belo Horizonte  
443 possui a maior demanda, o maior consumo de água do que a própria população.  
444 E também foi dito da necessidade de se verificar não só quantidade, mas também  
445 a qualidade dessa água. Justamente por tal motivo, eu chamo atenção sobre a  
446 importância de este Conselho acionar os órgãos ambientais em relação ao que  
447 foi mencionado, logo no item 3 (Comunicados dos Conselheiros e Assuntos  
448 Gerais), por algumas participações populares aqui, da movimentação constante,  
449 dia e noite, que está sendo feita na Mina de Casa Branca pela empresa MGB, que  
450 não se trata certamente da obra mencionada pela Clara na fala dela, que seria  
451 autorizada pela Justiça Federal. Em hipótese alguma, porque são pilhas e pilhas  
452 de rejeitos minerários que estão sendo deslocados de um lado para o outro. A  
453 movimentação de máquinas pesadas está em cima da própria sustentação da  
454 barragem, então não se está mexendo em segurança de barragem, está  
455 efetivamente minerando sem autorização, sem fiscalização dos órgãos  
456 ambientais, com omissão total do Estado. Esse é um ponto. O segundo ponto, em  
457 relação aos recursos hídricos, diz respeito a um projeto de que todos nós  
458 sabemos – o COPAM também e os senhores sabem – que é o nosso famoso  
459 Rodoanel. Por que eu quero lincar isso aqui? A APA Sul hoje é responsável por  
460 um recurso substancial de águas, de segurança hídrica. E as Alças 1A, 1B e 2,  
461 do traçado proposto pelo governo de Minas, através da Secretaria Estadual de  
462 Infraestrutura, pega justamente a unidade de preservação de garantia de recursos  
463 hídricos do rio Paraopeba, SF3, para os municípios de Betim, Contagem, Ibirité e  
464 Brumadinho. E também pega a unidade de preservação de garantia de recursos  
465 hídricos do rio das Velhas, SF5, em relação aos municípios de Nova Lima,  
466 Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo, Vespasiano, Santa Luzia e Sabará.  
467 Especificamente, Alças 2 e 3. Essas unidades fazem parte da Bacia Federal do

468 Rio São Francisco. O rio São Francisco representa mais de 60% – segundo a  
469 apresentação que acabou de ser feita agora pelo IGAM – dos recursos hídricos  
470 de Minas Gerais. Então a nossa preocupação enquanto população é justamente  
471 quanto a uma obra viária onde tem intervenções com túneis – tem túnel de até de  
472 3 km –, de uma profundidade considerável, usando regiões com muita riqueza  
473 hídrica, com muito recurso hídrico. Isso certamente causará um impacto muito  
474 grande, e por isso eu gostaria que fossem registradas na ata desta reunião a  
475 preocupação da população e a necessidade de a Secretaria de Infraestrutura  
476 pensar em um traçado onde não corte unidade de conservação e regiões de  
477 segurança hídrica, regiões que correspondem, principalmente, à bacia do rio São  
478 Francisco. E o COPAM, como órgão deliberativo, tem que começar a exigir os  
479 planos, os levantamentos ambientais. Todos os documentos fornecidos pela  
480 Secretaria de Infraestrutura relativos a esse projeto denominado Rodoanel  
481 Metropolitano de Belo Horizonte não contemplam nem sequer um estudo de  
482 impacto ambiental completo em cima dos recursos hídricos, não há nem sequer  
483 um estudo. Então é muito assustador o que está acontecendo dentro do Estado  
484 de Minas Gerais, com a conivência dos órgãos ambientais, com a conivência  
485 deste Conselho, com a conivência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, que  
486 fecha os olhos e tampa os ouvidos para uma situação muito séria. A sensação  
487 que passa para nós administrados, para nós cidadãos, é que houve uma  
488 determinação do governador e que todos os senhores estão abaixando a cabeça  
489 e querendo cumprir, mesmo que seja contrário à lei. Por que eu falo que é  
490 contrário à lei? A Lei do Snuc proíbe, expressamente, qualquer intervenção em  
491 área de unidade de conservação, e a construção de rodovia dentro de área de  
492 conservação é ilegal. Então essa questão vai ser judicializada, com certeza  
493 absoluta, mas poderia se evitar a judicialização disso se os órgãos ambientais do  
494 Estado tomassem a frente, agissem com independência, sem serem  
495 subservientes ao governo de Minas, sem obedecer ordens do governador e, sim,  
496 obedecendo os ditames legais, coisa que não se vê nesse caso do Rodoanel.  
497 Infelizmente, é um projeto que está sendo enfiado goela abaixo de todos nós,  
498 inclusive dos órgãos ambientais, que estão calados, inertes sem se manifestar,  
499 sem agir e sem cumprir com seu papel constitucional, que são a defesa e a  
500 proteção do meio ambiente. É estarrecedor o que acontece no Estado de Minas  
501 Gerais. Então eu gostaria que fosse feito esse registro e que os senhores  
502 pensassem seriamente e revissem várias vezes a apresentação do IGAM. Nós  
503 estamos com os recursos hídricos de Minas ameaçados quer pela mineração, de  
504 forma ilegal como o caso da MGB, que foi denunciado nesta reunião, quer através  
505 de projetos que cortam unidades de conservação de recursos hídricos, como o  
506 Rodoanel Metropolitano.” Marcelo da Fonseca/IGAM: “Só comentar que toda a  
507 questão do Rodoanel terá todo o processo de licenciamento e avaliação de  
508 impacto para exatamente avaliar essas questões apontadas pelo Guilherme.”  
509 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Primeiro, eu queria  
510 parabenizar o Marcelo pela bela apresentação. Eu estou disposto a contribuir com

511 o seu trabalho em função de algumas experiências que nós já temos tido aqui na  
512 região metropolitana de Belo Horizonte em termos de fechamento de minas. Ou  
513 seja, quando estamos falando em fechamento de Minas, nós estamos falando em  
514 cavas com real aproveitamento de recursos hídricos. Então eu cito, só para uma  
515 contextualização, as cavas que nós já temos na serra do Curral: a cava de Águas  
516 Claras, que hoje é uma reserva hídrica de quase 70 milhões m<sup>3</sup>; a cava do Acaba  
517 Mundo; e a cava do Mangabeiras. Somadas, vão chegar a mais ou menos 6  
518 milhões m<sup>3</sup>. Eu tive ocasião, até por uma referência muito grande que eu tenho  
519 da Copasa como empresa – à qual eu pude dedicar oito anos da minha atividade  
520 profissional, conjuntamente com meu querido amigo conselheiro Valter Vilela –, e  
521 nós fizemos um estudo de aproveitamento das águas da serra do Curral, ou seja,  
522 das cavas de Águas Claras, Acaba Mundo e Mangabeiras, no sentido de servir  
523 como base de segurança para qualquer situação de restrições no abastecimento  
524 de água de Belo Horizonte. É um estudo muito bonito, e eu tenho condição para  
525 participar com vocês, com o IGAM, e ofereço realmente essa contribuição. Eu  
526 acho que é muito importante para nós trabalharmos também não só na questão  
527 da mineração, mas também, quando a mineração estiver sendo fechada, no  
528 aproveitamento dessas águas de cavas, que são muitas. Vai ter futuramente aqui,  
529 vai ter na própria região dos limites nossos aqui, as cavas de Capão Xavier.  
530 Inclusive, a Copasa estudou muito bem esse detalhe de Capão Xavier. E a cava  
531 de Mutuca. Então isso tudo é muito importante para ensejar uma possibilidade de  
532 utilização dessas águas, no futuro, para o bem da população, para o bem da  
533 qualidade das nossas águas. Então essas são as minhas primeiras referências,  
534 que eu já queria contribuir com a sua bela apresentação, Marcelo.” Marcelo da  
535 Fonseca/IGAM: “Eu só queria, desde já, agradecer pela disponibilidade, gostaria,  
536 sim, de conhecer esse estudo, e podemos trocar ideia sobre essa questão das  
537 cavas. E aproveitando a referência o Conselho Estadual de Recursos Hídricos,  
538 por meio da CTIG, instituiu um Grupo de Trabalho sobre recarga artificial de  
539 aquíferos, que vai começar no próximo dia 12 as suas reuniões, onde vamos  
540 começar a discutir essas estratégias para incremento da disponibilidade hídrica  
541 em todo o Estado. Nós teremos algumas atividades de esclarecimento, algumas  
542 palestras, e de antemão eu já gostaria de convidar a todos da Câmara para  
543 participar conosco dessa discussão. É um avanço importante para a gestão de  
544 recursos hídricos, em especial nas atividades de mineração, que muitas vezes  
545 tem essa retirada do volume hídrico por meio do rebaixamento, mas com  
546 estratégias de devolvê-lo ao aquífero.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
547 “Mais uma vez, Marcelo, muito obrigado pela apresentação, espero que o senhor  
548 possa comparecer na nossa próxima reunião, nesse item, como eu disse, sem a  
549 necessidade de alguma apresentação, só para algum esclarecimento eventual. O  
550 senhor ou outra pessoa que o senhor designar. Agradeço muito, mais uma vez, a  
551 apresentação, e dou por encerrado esse ponto.” **10.2) Segurança hídrica na**  
552 **região metropolitana de Belo Horizonte. Apresentação: Companhia de**  
553 **Saneamento de Minas Gerais (Copasa).** Núbia Nolli e Márcio Brant, da Copasa,

554 fizeram apresentação sobre segurança hídrica na região metropolitana de Belo  
555 Horizonte. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta. Debates.  
556 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço à Núbia pela apresentação  
557 e ao Márcio pelas complementações e pela disponibilidade de estarem aqui  
558 conosco esclarecendo e pontuando as ações que estão acontecendo pela Copasa  
559 na região metropolitana de Belo Horizonte.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
560 Nunes de Lima: “Primeiramente, eu queria parabenizar a Núbia pela apresentação  
561 e as intervenções do Márcio Brant. Vocês – a Núbia, principalmente – me fizeram  
562 lembrar e retornar 32 anos da minha vida profissional. Foi quando na Sociedade  
563 Mineira de Engenheiros, a instituição que aqui eu represento, com muita honra,  
564 nós pudemos naquela ocasião, com a presença de pessoas maravilhosas – eu  
565 cito o caso do nosso querido Fábio Avelar, Valter Vilela, Carlos Freitas, nosso  
566 querido capitão; e outros diretores da empresa –, quando lá pudemos decidir a  
567 respeito do projeto Rio Manso. Naquela ocasião, nós tínhamos opções a serem  
568 feitas para o aumento da oferta de água para a região metropolitana de Belo  
569 Horizonte, e eu como diretor de Expansão da querida Copasa. Assim sendo, eu  
570 vejo o que vocês apresentaram aqui realmente uma contextualização muito boa.  
571 Eu gostaria de referendar as colocações da Núbia – e do Márcio também – quando  
572 ela fala a respeito do projeto original, que na verdade eu fui o responsável, como  
573 diretor, para sua construção – projeto e construção –, que é o projeto Rio Manso,  
574 com capacidade total de até 11 m<sup>3</sup>/s. De modo que, para não ficar debatendo  
575 muito, porque senão nós vamos ficar conversando aqui o resto do dia –isso me  
576 envolve muito, não só a mineração, como o saneamento –, eu queria aqui, pela  
577 essência e importância do tema, colocar a Sociedade Mineira de Engenheiros –  
578 se possível, vamos ver se esta pandemia termina – para fazermos realmente um  
579 debate, um seminário. Eu queria propor à Copasa, através do Márcio Brant e da  
580 Núbia, levar a minha recomendação ao Guilherme Frasson, uma pessoa  
581 maravilhosa que trabalhou comigo também. E podermos, na Sociedade Mineira  
582 de Engenheiros, discutirmos com mais detalhes essas opções com relação ao  
583 desenvolvimento estratégico até da expansão de oferta de água para a região  
584 metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista, inclusive, os aspectos que  
585 anteriormente eu já havia salientado aqui referentes ao aproveitamento das águas  
586 oriundas das cavas das minerações que estão já fechadas e de outras que terão  
587 também finalizada a sua operação. Isso é muito importante, inclusive o  
588 envolvimento da ANM, a participação também da ANM nesse processo, e que nós  
589 possamos fazer realmente uma avaliação. E, claro, do governo. Eu vejo a Maria  
590 Eugênia aí, que conhece muito bem toda essa situação. E nós podermos  
591 realmente discutir isso de uma forma estratégica que possa dar um caminhar  
592 muito adequado em todas as soluções da questão das águas na região  
593 metropolitana de Belo Horizonte. Meu caro presidente Yuri, isso não deixa de ser  
594 aquilo que já vimos falando aqui, que o nosso querido Julio Grillo fala também,  
595 das avaliações integradas. Nós temos integração exatamente da questão da  
596 mineração com as águas. Hoje, por outro lado, também devemos caracterizar que

597 a mineração está deixando de utilizar água em abundância nos seus  
598 beneficiamentos com as inovações que estão sendo processadas em diversos  
599 projetos, com a recirculação interna da água, com a secagem dos rejeitos, coisa  
600 que aqui foi falada no caso da cava da mineração da Vallourec, na Mina de Pau  
601 Branco. Eles, inclusive, hoje, já deixam o rejeito seco empilhado como garantias.  
602 Então essa tendência inovadora da mineração também vai reduzir muito a  
603 utilização das águas direta de mananciais. Portanto, eu queria deixar aberta a  
604 possibilidade de a Sociedade Mineira de Engenheiros poder compartilhar com  
605 esse trabalho. Da mesma forma que eu falo, há 32 anos, quando foi decidida,  
606 dentro da Sociedade Mineira de Engenheiros, a opção pelo projeto Rio Manso,  
607 que não deixa de ter sido um sucesso e uma segurança para a região  
608 metropolitana de Belo Horizonte. Essas são as minhas palavras, eu elogio sempre  
609 a Copasa. E quero deixar aqui os meus parabéns, Márcio e Núbia, pela  
610 apresentação que vocês fizeram. Está muito bem conceituado, muito bem  
611 colocado.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Eu vou fazer  
612 algumas perguntas à Copasa. Tem as perguntas que a sociedade civil mandou  
613 para o representante da ProMutuca, que depois então precisam ser lidas no chat.  
614 Primeiro, dizer que eu gostei da apresentação. Foi claro que é uma apresentação  
615 técnica, deu muitas informações que eram desconhecidas por nós. Foi dito que a  
616 redução do volume da captação no ribeirão da Prata, em Raposos, seria pelas  
617 novas manchas dos estudos do dam break. Só que não existe nenhum  
618 empreendimento de mineração da Vale nessa bacia do ribeirão da Prata que  
619 justifique dizer pelas novas manchas de estudo de dam break. Então a minha  
620 primeira pergunta à Copasa é o que foi informado pela Vale. Porque será que a  
621 Vale está antecipando, mesmo em TAC com o Judiciário, pelo que ela causou  
622 com o rompimento em Brumadinho, uma pretensão que ela tem na serra do  
623 Gandarela? E mesmo conhecedora do que a Copasa informou, o ribeirão da Prata  
624 seria importante como parte de solução para garantir a segurança hídrica da  
625 região metropolitana? Segunda pergunta. Tem acordos que são assinados pela  
626 Copasa, chamados termos de cooperação técnica, com mineradoras que  
627 exploram minério em cabeceira de bacias onde a Copasa faz captações. Como  
628 no caso em Congonhas, por exemplo, a Gerdau na bacia do córrego Macaquinhos  
629 e CSN e Vale na bacia do córrego Santo Antônio. Estamos falando do alto rio  
630 Paraopeba, das caberias do alto rio Paraopeba. A pergunta é: essa questão dos  
631 termos de cooperação técnica com mineradoras está sendo considerada pela  
632 Copasa nos TACs sobre águas e segurança hídrica da região metropolitana?  
633 Outra pergunta: onde podemos ter acesso a esses documentos TAC Águas e TAC  
634 Segurança Hídrica? A Copasa tem, e onde disponibiliza, o estudo hidrológico  
635 integrado para o território de cada um daqueles municípios onde assina os citados  
636 termos? Considerando a possibilidade de que as intervenções em áreas de  
637 recarga de aquíferos e o respectivo rebaixamento de lençol freático comprometem  
638 precisamente a disponibilidade hídrica a médio e longo prazos. E isso tanto no  
639 alto Paraopeba quanto no Velha. E isso estaria no bojo, a nosso ver, de qualquer

640 plano. Então a pergunta é se ela disponibiliza esses estudos e onde eles podem  
641 ser encontrados. Uma outra pergunta, aí tem uma questão política, porque nós,  
642 ao longo desses anos, percebemos que existe todo o empenho da parte técnica  
643 da Copasa em fazer o seu trabalho, através de vários servidores, mas  
644 conhecemos muito bem o aspecto político da Copasa. Então a pergunta é: em se  
645 tratando de uma situação em que a segurança hídrica da região metropolitana  
646 está sob ameaça, inclusive de colapso, em caso de rompimento de mais uma  
647 barragem de rejeitos – e isso a apresentação deixou muito claro –, a política da  
648 Copasa de fazer esses acordos. E outra questão é feita votar favoravelmente a  
649 novos empreendimentos de mineração que afetam áreas de recarga, onde tem  
650 captação da própria Copasa, como no Conselho do Rola-Moça, onde na ocasião,  
651 em 2018, a votação foi a favor do projeto da MGB, que hoje foi trazida na reunião.  
652 E também a política da Copasa de não retornar à sociedade civil quando se  
653 apresentam questões chaves para a segurança hídrica da região metropolitana,  
654 como nós do Movimento Gandarela fizemos há alguns anos e nunca houve a  
655 resposta. Então é uma pergunta sobre a questão do direcionamento político da  
656 Copasa. Vai ser deixada aqui para os técnicos. Eu quero pedir que, caso não  
657 possam responder alguma dessas perguntas que estarão registradas, que isso  
658 seja respondido posteriormente, mesmo que seja através de um documento. E  
659 uma outra pergunta é: diante desse cenário todo, que já envolve TACs, para  
660 garantir uma segurança hídrica após o que aconteceu em Brumadinho, qual será  
661 a interface e publicidade que a Copasa fará com Câmaras, prefeituras, conselhos  
662 de Meio Ambiente e de saneamento dos municípios e a comunidade em geral em  
663 relação a todas essas tratativas e em relação aos acordos, tanto os que foram  
664 assinados quanto se ela mantiver uma política de continuar fazendo acordos  
665 técnicos mesmo com essas questões graves postas no território? Eu sei que vão  
666 ser feitas as perguntas de várias pessoas que encaminharam para nós e para o  
667 conselheiro Bruno. Neste momento, se forem lidas as perguntas do conselheiro  
668 Bruno, eu encerro por aqui a minha participação. Se não for possível, eu faço aqui  
669 as perguntas agora para registrar. Nós entendemos – e não é de hoje – que não  
670 há como se tratar a questão da segurança hídrica da região metropolitana sem se  
671 dar prioridade à questão da preservação e garantia de que nenhuma área de  
672 recarga seja alvo de impactos. Então a nosso ver isso deveria ser priorizado  
673 nesses planos de garantia de segurança hídrica. Nós temos o Sinclinal Moeda e  
674 o Sinclinal Gandarela, e esses territórios são os fornecedores de água para os  
675 rios Paraopeba e Velhas, onde ficou bem claro na apresentação que a Copasa  
676 pode captar água superficial em condições de abastecer a região metropolitana.  
677 Então, por exemplo, o caso do rio Paraopeba: já tivemos uma captação no rio  
678 Paraopeba destruída por uma atividade de mineração. No caso, foi uma barragem  
679 de rejeito que rompeu. A nova captação está sendo feita no rio Paraopeba, acima  
680 do ponto onde foi perdida a outra captação. Só que acima dessa área, da nova  
681 captação que está 93% pronta, tem diversas barragens, inclusive as de  
682 Congonhas, que chegam ao rio Paraopeba, tipo Casa de Pedra, e destroem o rio

683 Paraopeba definitivamente. Então, além das possibilidades, como foi falado, de  
684 um novo rompimento, que no caso do Paraopeba colocaria sem qualquer eficácia  
685 essa nova captação, como fez com a primeira, tem a diminuição da  
686 disponibilidade hídrica pelo grande volume de águas outorgadas à mineração de  
687 águas subterrâneas. E isso foi falado na apresentação anterior. Não há como –  
688 nós temos testemunhado – haver concessão, dia após dia, de novas licenças de  
689 projetos de mineração nessas áreas, que são precisamente as áreas de recarga,  
690 com volumes de outorgas concedidas pelo IGAM ou pela Supram ou pela Suppri  
691 para esses empreendimentos, com grandes supressões de vegetação, que são a  
692 cobertura que mantém esse sistema funcionando na recarga de aquíferos. Então  
693 o que eu quero colocar para a Copasa – eu tenho certeza de que os técnicos  
694 entendem o que estou falando – é que não podem incorrer na omissão de nesses  
695 TACs – ainda mais junto ao Judiciário, com auditoria do Ministério Público – não  
696 apontarem essas questões. Porque nós como sociedade, na nossa caminhada,  
697 conhecemos e temos muitos elementos técnicos para embasar essas  
698 informações que eu estou trazendo. Quando eu escutei que em um TAC, na  
699 questão com a Copasa, mesmo a Copasa tendo afirmado – e a Vale era  
700 conhecedora – que o ribeirão da Prata seria uma parte da solução para Bela  
701 Fama. E esse ribeirão da Prata, saibam os senhores que desde a cabeceira até  
702 o centro urbano de Raposos é classe 1, ou seja, é uma água que não precisaria  
703 de praticamente nenhum tratamento mais complexo. A Vale informar à Copasa  
704 que isso vai diminuir a possibilidade de solução por causa de manchas de  
705 inundação de algo que ainda não existe na serra do Gandarela, que é o Projeto  
706 Apollo, sinaliza claramente o que nós estamos falando aqui sobre a segurança  
707 hídrica versus interesses minerários. E isso é gravíssimo, porque agora não  
708 estamos falando não é de uma comunidade que fica sem água por causa da  
709 mineração e tem que receber carro-pipa, como Córrego do Feijão recebia,  
710 reiteradamente, antes do rompimento. Nós estamos falando da segurança hídrica  
711 de cerca de 3 milhões de habitantes de Belo Horizonte e de uma região  
712 metropolitana enorme. Eu posso ter errado o número, não sei se 3 milhões, mas  
713 estamos falando de milhões. Então que fique registrado. As respostas às  
714 perguntas que são políticas, se a Copasa não puder dar hoje, nós recebemos  
715 essas respostas depois. Eu posso mandar o nosso contato.” Presidente Yuri  
716 Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou ler os questionamentos do Bruno e fazer a  
717 seguinte sugestão. A Sra. Maria Teresa fez alguns questionamentos, o Bruno fez  
718 outros pelo chat. Creio que tanto o Sr. Márcio como a Sra. Núbia estão tendo  
719 acesso aos questionamentos. De qualquer forma, eu irei ler. E também outros,  
720 caso haja, dos demais conselheiros. E aí a Copasa faz o arremate. O primeiro  
721 questionamento feito pelo Sr. Bruno, que está com problema no áudio, é o  
722 seguinte. ‘A serra da Gandarela, último aquífero em grande escala em topo de  
723 morro intacto, na margem direita do alto rio das Velhas, foi considerada quando  
724 da análise sobre a segurança hídrica da RMBH? De que forma? Considerando  
725 que toda a segurança hídrica depende tanto da quantidade como da qualidade

726 das águas. A capacitação pretendida pela Copasa no ribeirão da Prata como  
727 complementação de Bela Fama será suficiente para garantir a segurança hídrica  
728 dos municípios abastecidos pelo alto rio das Velhas? Quais as providências que  
729 a Copasa está adotando para a proteção das áreas de recarga hídrica no alto rio  
730 das Velhas, incluindo a bacia do ribeirão da Prata? Quais as providências que a  
731 Copasa está adotando para monitorar, em tempo real, a qualidade das águas que  
732 são captadas em Bela Fama? A Copasa tem algum estudo de disponibilidade  
733 hídrica atual e futura, estudo integrado de águas superficiais e subterrâneas para  
734 garantir a segurança hídrica da RMBH? Quando foi realizado? No final de 2018,  
735 o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas solicitou ao Instituto Mineiro de  
736 Gestão das Águas que declarasse o alto rio das Velhas como área de conflito  
737 hídrico. Essa solicitação ocorreu após os resultados de um estudo, financiado pelo  
738 CBH Rio das Velhas, no qual constatou-se que nessa região a disponibilidade  
739 hídrica está menor do que a demanda. O estudo analisou os recursos hídricos  
740 sobre vazões disponíveis em toda a bacia. No caso do alto rio das Velhas, a  
741 demanda estava 59% acima da oferta. Essa situação está sendo considerada no  
742 plano de segurança hídrica para a RMBH, tendo em vista os usos múltiplos da  
743 água, a capacidade de abastecimento de outros municípios do médio e baixo  
744 Velhas e a manutenção e conservação dos ecossistemas aquáticos naturais?  
745 Sobre os poços que estão sendo perfurados pela Vale S/A em Sabará, eles serão  
746 doados para uso exclusivo ou preferencial da Copasa? Em caso de uso  
747 preferencial, quais são os outros usos pretendidos? Estão sendo realizados  
748 estudos para avaliação da interferência de perfuração de poços sobre o  
749 rebaixamento do lençol freático, de modo que não haja prejuízo para a vazão de  
750 nascentes e cursos d'água em nível local e regional? Essas são as perguntas  
751 feitas pelo conselheiro Bruno. Questiono ao Conselho se há alguma outra  
752 pergunta aos representantes da Copasa. Não há? Então eu passo a palavra aos  
753 representantes da Copasa. Como a própria Sra. Maria Teresa disse, se não  
754 houver possibilidade de responder, os senhores podem encaminhar as respostas  
755 ou diretamente para a Sra. Maria Teresa ou a ProMutuca ou também podem  
756 enviar para a Secretaria Executiva, que repassamos aos conselheiros.” Núbia  
757 Nolli/Copasa: “Eu acho que houve uma pequena confusão com a minha fala sobre  
758 o ribeirão da Prata. Quando eu digo que houve uma redução na disponibilidade  
759 inicialmente identificada pela Copasa, em função da revisão do estudo de dam  
760 break das barragens Forquilhas, que são os únicos estudos de dam break de que  
761 falamos aqui em toda a apresentação. Porque ele é que realmente geraria  
762 impacto significativo na captação de Bela Fama. Por que houve essa redução  
763 significativa? Uma das premissas que a auditoria do Ministério Público colocou  
764 para o desenvolvimento dessa análise dos projetos que viabilizarão a garantia da  
765 segurança hídrica para atendimento à demanda da RMBH é que nenhum dos  
766 novos pontos de captação poderia estar dentro da área das manchas de dam  
767 break. Tem um primeiro estudo de dam break a que tivemos acesso, que foi  
768 depois revisado. Com o agravamento das premissas de simulação, ampliou o

769 volume mobilizado, chuva de mil anos, o rompimento simultâneo das cinco  
770 barragens Forquilhas. Então esse volume de rejeito aumentou significativamente,  
771 e, em consequência, a onda de lama ficou muito maior do que o esperado. E o  
772 remanso que era previsto, a quantidade de lama que vai voltar dentro do ribeirão  
773 da Prata, aumentou nessa revisão. A lama subiria até o ponto que a Copasa  
774 sugeriu estudar uma nova captação. Em função disso, o estudo foi analisando o  
775 ponto de montante na bacia do ribeirão da Prata, o que impactou o estudo  
776 hidrológico, porque houve uma redução na área de contribuição, e em função  
777 disso há uma redução na disponibilidade do ribeirão da Prata. Eu confesso que  
778 até me perdi um pouco, porque foram tantas perguntas. Outro ponto de que eu  
779 queria falar acho que foi até a dona Maria Teresa que questionou, sobre a  
780 disponibilização do estudo hidrológico integrado, sobre análise integrada. Esse  
781 documento ainda está em construção e só vai ser finalizado quando já estiverem  
782 esgotadas todas as alternativas, além das que a Copasa sugeriu para estudo  
783 dentro do TAC Segurança Hídrica e outros que se fizerem necessários para o  
784 atingimento da nossa meta, que são os 15 m<sup>3</sup>. Então esse documento não está  
785 finalizado, está ainda em construção e faz parte de todos os documentos que  
786 serão gerados pelos trabalhos conjuntos do TAC Segurança Hídrica. Um outro  
787 ponto que ela perguntou foi onde estão disponíveis esses documentos. Se eu não  
788 me engano, os documentos do TAC Segurança Hídrica são documentos públicos  
789 e estão no site do Ministério Público Estadual. Mas depois eu posso confirmar  
790 isso.” Márcio Brant/Copasa: “Vamos tentar passar as perguntas. Obviamente, não  
791 viemos preparados nem temos a autoridade para estar respondendo algumas  
792 dessas perguntas, porque envolvem, inclusive, questões ambientais, e nós  
793 estamos dedicados a esses TACs. Mas vamos repassar aquele texto em Word, e  
794 eu queria fazer uma a uma, se possível. ‘A serra da Gandarela, último aquífero  
795 em grande escala em topo de morro intacto, na margem direita do alto rio das  
796 Velhas, foi considerada quando da análise sobre a segurança hídrica da RMBH?’  
797 A Núbia já falou alguma coisa do Prata. Foi considerada, sim, a serra do  
798 Gandarela na medida em que foi descartado qualquer tipo de regularização na  
799 captação do Prata, porque a regularização, sim, afetaria a serra do Gandarela.  
800 Então ela foi considerada, sim, e foi descartada a regularização, uma vez que iria  
801 impactar a serra do Gandarela. ‘A captação do ribeirão do Prata será suficiente  
802 para garantir a segurança hídrica dos municípios abastecidos pelo Velhas?’ Nós  
803 comentamos que Sabará será através de poços e que Nova Lima e Raposos, sim,  
804 seriam abastecidos pelo ribeirão do Prata. Só que, conforme a Núbia tinha dito lá  
805 atrás, nós tínhamos a expectativa anterior de estar captando 600 l, os estudos  
806 hidrológicos mostraram uma vazão aquém dessa que pretendíamos, e essas  
807 soluções não podem ser encaradas individualmente. Nós estamos pegando todas  
808 as captações, todos os estudos hidrológicos. Esses estudos são feitos com  
809 viabilidade técnica e ambiental apenas – a parte do capex não é considerada  
810 nessa avaliação –, e individualmente não conseguimos atender àquilo que  
811 prevíamos. Mas, no final, a soma de todas as soluções é que tem que dar 15 m<sup>3</sup>.

812 Então, para os municípios de Raposos e Nova Lima, nós vamos fazer uma  
813 captação – na verdade uma captação já existente – para o abastecimento desses  
814 municípios. ‘Quais as providências que a Copasa está adotando para a proteção  
815 das áreas de recarga hídrica no alto rio das Velhas, incluindo a bacia do ribeirão  
816 da Prata?’ O que eu posso responder em relação a isso é que nesses estudos  
817 hidrológicos os pontos de captação são colocados em uma matriz, e cada uma  
818 das alternativas é estudada nos seus vários quesitos ambientais e técnicos. Então  
819 para cada uma daquelas atividades é dada uma nota de 1 a 3, pontuando, e tem  
820 determinados pesos também: peso ambiental, peso técnico. Peso ambiental é de  
821 impacto social, inclusive, e é bastante preponderante. E quando chegamos ao  
822 final, a nota final considerando todos os componentes, a alternativa escolhida é  
823 aquela que melhor pontuar do ponto de vista ambiental, do ponto de vista de  
824 impacto social e do ponto de vista técnico. Eu não sei, Núbia, se você tem algum  
825 complemento, mas essas considerações são também parte integrante desse  
826 estudo de trade-off. ‘Quais as providências que a Copasa está adotando para  
827 monitorar, em tempo real, a qualidade das águas que são captadas em Bela  
828 Fama?’ Essa atividade é rotina nossa, tem sempre uma frequência de análises,  
829 até para municiar os tratamentos que vamos fazer lá. Então isso é rotina, é diária  
830 a análise da qualidade da água bruta, que vai definir qual tratamento a Copasa  
831 vai dar, a quantidade de produto químico etc. Quanto ao nº4, eu entendo que é o  
832 que nós estamos fazendo. Esse estudo de viabilidade que está sendo feito no  
833 TAC Segurança Hídrica é feito pela Vale, mas a Copasa tem que aprovar todos  
834 os estudos. E depois dos estudos de viabilidade nós vamos partir para os projetos  
835 básicos.” Núbia Noll/Copasa: “Eu gostaria de complementar. Uma coisa que eu  
836 acho que esqueci de falar na minha apresentação é que esses projetos para  
837 segurança hídrica têm um enfoque muito direcionado que é para a questão de  
838 segurança de barragem de mineração. Como eu falei antes, não estávamos  
839 habituados nem a pensar no abastecimento em função desse risco. Então a  
840 Copasa, de tempos em tempos – se não me engano, de dez em dez anos –,  
841 realiza a atualização do seu plano diretor, atualiza as estimativas de crescimento  
842 populacional, os fluxos migratórios; revisa todos os estudos hidrológicos, faz  
843 prospecção de novas fontes superficiais e subterrâneas para atendimento do  
844 crescimento da demanda e até para substituição de ativos, se for o caso, em  
845 função de alteração dos resultados dos estudos hidrológicos. Então a Copasa faz  
846 isso periodicamente, é um trabalho em paralelo. Provavelmente nas próximas  
847 revisões nós vamos ter que passar a considerar nesses nossos estudos esse risco  
848 também, porque antes os nossos riscos eram das intempéries ou de mudança de  
849 direção do fluxo de crescimento dos municípios, e agora tem esse novo  
850 panorama. Eu acho que foi no início de 2019 que concluímos a última revisão do  
851 plano diretor para o crescimento da região metropolitana, e todos esses estudos  
852 foram realizados. Inclusive, eles que conseguiram subsidiar para que  
853 conseguíssemos, na construção desses acordos de análise da segurança hídrica,  
854 propor algumas intervenções para garantir o abastecimento da RMBH.” Márcio

855 Brant/Copasa: “Se eu entendi a pergunta, os estudos da Copasa que estão sendo  
856 feitos no momento são direcionados ao abastecimento público. Eu não tenho mais  
857 informações com relação a isso, mas, por algumas palavras do próprio Polignano  
858 na audiência que tivemos no tribunal, em que ele manifestou a necessidade de  
859 que fossem feitas ações no sentido de proteção ambiental do alto Velhas. Mas  
860 isso não está sendo considerado aqui nesse estudo da Copasa.” Núbia  
861 Nolli/Copasa: “Complementando o que o Márcio está falando, a única intervenção  
862 de que a gente já até vem conversando há algum tempo, já expôs na época para  
863 o Polignano, que era o presidente do Comitê da Bacia do Velhas, agora não  
864 tivemos oportunidade de conversar sobre isso. Mas nós temos acompanhado, a  
865 Copasa faz parte do Comitê da Bacia do Velhas, e acompanhamos que a cada  
866 ano os eventos críticos de escassez no rio vêm ficando cada vez mais críticos. E  
867 a Copasa defende – uma das alternativas que nós estamos estudando nesses  
868 projetos de segurança – realmente uma reservação no rio das Velhas. Essa  
869 reservação foi pensada, no primeiro momento, como uso múltiplo. Não só para  
870 garantir o abastecimento, porque ela iria regularizar a vazão do rio para evitar  
871 picos de 200 a 400 m<sup>3</sup>/s, e na época de estiagem chegar a 7 m<sup>3</sup>/s, a 6 m<sup>3</sup>/s. A  
872 construção desse reservatório beneficiaria todos os usuários da bacia,  
873 regularizaria então a vazão nesses períodos críticos. E nós entendemos que  
874 garantiria esse uso por todos os usuários que estão até a jusante da nossa  
875 captação, que são bem mais prejudicados principalmente depois que o rio das  
876 Velhas passa pela região metropolitana, nos municípios maiores.” Márcio  
877 Brant/Copasa: “Sobre os poços que estão sendo perfurados em Sabará, eles  
878 serão usados para uso exclusivo ou preferencial da Copasa? Em caso de uso  
879 preferencial, quais são os outros usos?’ O termo de compromisso foi redigido da  
880 seguinte forma. Essas medidas de poços em Sabará são medidas emergenciais.  
881 Os poços são de uso exclusivo da Copasa, inclusive, as áreas estão sendo  
882 desapropriadas pela Vale e entregues para a Copasa para uso apenas em caso  
883 de contingência. Não pretendemos utilizar esses poços de uma maneira regular e  
884 constante. Então esses poços serão de uso exclusivo da Copasa. Obviamente,  
885 nós sabemos que um poço não pode ficar desativado por muito tempo. Então a  
886 Copasa vai ter alguns procedimentos, de tempos em tempos, ir lá colocar o poço  
887 para rodar. O poço vai estar interligado à nossa rede de abastecimento. De  
888 tempos em tempos, a Copasa vai colocar para operar, porque sabemos que, se  
889 ficar muito tempo parado, no dia em que precisarmos, não vai estar em condições  
890 de nos ofertar a água de que necessitarmos. Então é uso exclusivo da Copasa,  
891 de forma emergencial, em contingência, só havendo necessidade, e o poço está  
892 interligado à rede da Copasa. ‘Estão sendo realizados estudos para avaliação da  
893 interferência de perfuração de poços sobre o rebaixamento do lençol freático, de  
894 modo que não haja prejuízo para a vazão de nascentes e cursos d’água em nível  
895 local e regional?’ Os estudos são feitos pela Vale, por hidrogeólogos, e eles  
896 apontam essas locações prováveis aonde possa ter a maior probabilidade de  
897 encontrarmos água, e isso é considerado, sim. Inclusive, outros poços que estão

898 na mesma área, a interferência que um tem sobre o outro, isso faz parte do estudo  
899 hidrológico que a Vale faz nesses poços. Quer complementar, Núbia? É isso  
900 mesmo?” Núbia Nolli/Copasa: “Sim, faz interferência de um poço no outro e no  
901 contexto hídrico em que ele vai se inserir.” Márcio Brant/Copasa: “Eu não sei se  
902 todas foram respondidas, mas, se foram a contento, poderiam enviar para nós  
903 depois para fazermos essa complementação. Além daqueles estudos de  
904 viabilidade que a Núbia citou, na verdade, ela disse que nós estamos estudando  
905 essas alternativas, mas elas não se limitam. Ou seja, se uma delas não puder ser  
906 viável, a Vale teria que elencar outras áreas a serem estudadas, de forma a  
907 conseguir os 15 m<sup>3</sup>. E nós estamos, inclusive, fazendo dentro dos estudos de  
908 viabilidade a possibilidade de perfurar poços também no Sinclinal Moeda. A Maria  
909 Teresa comentou sobre isso. Está sendo estudada a perfuração desses poços, e  
910 também a probabilidade de fazermos em Taquaraçu de Minas. Tudo isso no bojo  
911 dos estudos de viabilidade. Algumas dessas soluções serão viáveis e passarão  
912 para a fase do básico, e outras, não. Então além dessas cinco nós estamos  
913 estudando também os poços do Sinclinal Moeda e uma captação em Taquaraçu  
914 de Minas.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria  
915 aproveitar a oportunidade, inclusive com a presença também da nossa secretária  
916 Ana Carolina, e ler exatamente o que eu coloquei no chat e enfatizar as minhas  
917 preocupações e a possibilidade de termos uma harmonia entre as questões  
918 técnicas e as questões sociais, aqueles reclames da sociedade. Eu gostaria de  
919 enfatizar o que pude comentar anteriormente, pelas características técnicas  
920 colocadas pela Copasa, somadas às dúvidas e inquietações também salientadas  
921 pelos representantes da ProMutuca, a Maria Teresa, o Bruno. Nós nos colocamos  
922 à disposição para realizar um encontro técnico envolvendo, inclusive, as  
923 comissões técnicas de Saneamento e comissão técnica de Meio Ambiente da  
924 Sociedade Mineira de Engenheiros, que é composta por pessoas extremamente  
925 preparadas, competentes, que vieram, inclusive, da área de saneamento,  
926 principalmente da Copasa, histórica, e outros também. E como nós temos um  
927 acordo que rezamos ultimamente com o Ibama – espero que o nosso  
928 superintendente do Ibama, Dr. Enio Fonseca esteja ainda presente – nós  
929 poderíamos então realizar esse encontro na Sociedade Mineira de Engenheiros,  
930 em conjunto com a Copasa e com a participação da Secretaria de Infraestrutura  
931 do governo de Minas a respeito da questão do Rodoanel, a participação da Sede,  
932 da ANM, da Abes, que é muito importante como sociedade representativa da  
933 sociedade do meio ambiente e de saneamento; e da Abas – foram muito citadas  
934 aqui as questões das águas subterrâneas; e do Comitê da Bacia do Rio das  
935 Velhas; envolvendo a Vale e outras minerações, porque também não é só a Vale  
936 que está nesse processo, tem outras minerações que estão relacionadas dentro  
937 das duas bacias, seja a bacia do Paraopeba, seja a bacia do rio das Velhas. Então  
938 eu queria com isso fazer com que haja um desenvolvimento – eu acho que os  
939 estudos da Copasa são importantes – técnico para que as soluções junto à  
940 sociedade sejam, inclusive, plausíveis e perfeitamente atendidas. Então eu coloco

941 à disposição, em nome da presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros, Dra.  
942 Virgínia Campos, para essa possibilidade de realizarmos um encontro dessa  
943 natureza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradecemos a  
944 disponibilidade, Dr. Orsini. Mais algum destaque dos senhores conselheiros? Não  
945 havendo, agradeço mais uma vez a apresentação, os esclarecimentos feitos pelo  
946 Sr. Márcio e a Sra. Núbia. Alguma consideração pelo Conselho, caso queiram  
947 dirigir à Copasa, podem encaminhar para a Secretaria ou diretamente à Copasa.  
948 Então damos por encerrada essa apresentação. **11) ENCERRAMENTO.**  
949 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos algumas apresentações  
950 institucionais. O primeiro vídeo é sobre os ‘Destques do Sisema 2020.’ ‘Em um  
951 ano marcado por desafios e adversidades, todos nós precisamos nos reinventar  
952 como pessoas e profissionais. A força de trabalho em equipe fez com que os  
953 servidores dos órgãos que integram o Sistema Estadual de Meio Ambiente e  
954 Recursos Hídricos (Sisema) conseguissem juntos manter a agenda ambiental do  
955 Estado em pleno funcionamento e, por meio de muita luta, perseverança,  
956 resiliência e profissionalismo, garantir a conquista de avanços significativos para  
957 todos os mineiros. Confira neste vídeo algumas das principais ações realizadas  
958 pelos quatro órgãos que integram o Sisema – Secretaria de Estado de Meio  
959 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Instituto Estadual de  
960 Florestas (IEF), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Fundação  
961 Estadual do Meio Ambiente (FEAM) – para conhecer tudo aquilo que fizemos ao  
962 longo do ano e acesse também o link ‘meioambiente.mg.gov.br.’” *\*Exibição de*  
963 *vídeo institucional\** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Parabéns a todos  
964 os servidores, à SEMAD e aos senhores conselheiros, que também fazem parte  
965 desses números. Passamos para o próximo vídeo, em relação aos incêndios  
966 florestais e seus impactos no meio ambiente e na saúde. É um vídeo do Instituto  
967 Estadual de Florestas, que completou 59 anos na primeira semana de janeiro.  
968 Confira a reportagem especial que fizemos sobre o trabalho das equipes de  
969 combate aos incêndios florestais, uma das ações do Instituto Estadual de  
970 Florestas.” *\*Exibição de vídeo institucional\** Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
971 Trovão: “Mais um vídeo do IEF, ‘59 anos de história e muitas realizações’. ‘Há 59  
972 anos, os servidores do Instituto Estadual de Florestas se dedicam para assegurar  
973 o desenvolvimento sustentável em Minas Gerais por meio de execução de  
974 políticas florestal, de pesca e da biodiversidade.’” *\*Exibição de vídeo institucional\**  
975 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O nosso quarto vídeo: ‘Minas investe  
976 na gestão de sua fauna e flora’. ‘O governo de Minas, por meio do Instituto  
977 Estadual de Florestas, adquiriu uma frota de 111 caminhonetes S10 4x4. Os  
978 veículos vão dar suporte às ações nas unidades de conservação de proteção  
979 integral nas bacias do rio Doce e São Francisco. Os investimentos de R\$ 16,2  
980 milhões são da origem da compensação minerária e vão contribuir ainda para  
981 redução dos custos com gerenciamento da frota, que antes era locada. Essa  
982 medida contribuiu com o plano de contingenciamento de recursos da  
983 administração pública. A diretriz visa mitigar impactos financeiros causados pela

984 pandemia de Covid-19, conforme previsto no Decreto 47.904/2020.” *\*Exibição de*  
985 *vídeo institucional\** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O nosso último  
986 vídeo é do governador Romeu Zema apresentando a entrega da agenda  
987 ambiental mineira. *\*Exibição de vídeo institucional\** Em seguida, não havendo  
988 outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão  
989 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada  
990 esta ata.

---

991  
992 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

993  
994  
995 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
996 **Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**